

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2014.

Edição nº 1360

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos normativos.....2

Boletins de Pessoal.....2

Súmulas de contratos.....3

Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....3



PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL N.º 046/2014 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento n° 26/2008, que a Promotoria de Justiça de Veranópolis promoveu o arquivamento do IC n° 00929.00023/2013, instaurado com o objetivo de investigar a utilização de sala em posto de saúde municipal por empresa privada, mediante cobrança. Foi investigado o Município de Vila Flores.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de janeiro de 2014.

GISLAINE ROSSI LUCKMANN,
Promotora-Assessora.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA N.º 0215/2014

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, no uso de suas atribuições legais resolve **PRORROGAR**, com fulcro no artigo 201 da Lei Complementar Estadual n° 10.098/94, o prazo para a conclusão da Sindicância, **SPU.PR.01225.00047/2013-9**, por trinta (30) dias úteis, a contar do dia **31 de janeiro de 2014**.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre/RS, 31 de janeiro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral, em exercício.

BOLETIM N.º 031/2014

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 0134/2014, que nomeou DEISI SARTORI, para exercer o cargo de Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, deste órgão (Port. 0189/2014).

NOMEAR

- SILVANA FUNKE GOULARTE para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0137/2014).

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, JOÃO MAURÍLIO PERAÇA TORALLES, para exercer o cargo

de Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Classe “R”, em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o septuagésimo quarto (74º) lugar na Lista de Classificação Geral Estadual, em face do esgotamento da Lista de Classificação da Região das Missões (Port. 0190/2014).

- PRISCILA WEBER FREITAS para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0205/2014).

- FRANCIELI DOS SANTOS RITTER para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça II, CC-06, deste órgão (Port. 0206/2014).

- PAMELA BALDO para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste órgão (Port. 0207/2014).

- ISABEL CRISTINA MARTINS SILVA para exercer o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça III, CC-06, deste órgão (Port. 0208/2014).

- JÚLIA REICHERT PÚPERI, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 25% (vinte e cinco por cento), deste órgão (Port. 0211/2014).

EXONERAR

- a pedido, a contar de 03 de fevereiro de 2014, o servidor DANIEL MOSTARDEIRO COLA, ID n.º 3448738, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, deste órgão, em virtude de posse em cargo público federal (Port. 0178/2014).

- a servidora DIANA MOTTA KUNTZER, ID n.º 3402584, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 0209/2014).

NOMEAR E HABILITAR PARA POSSE

- DIANA MOTTA KUNTZER, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 0210/2014).

CONVERTER

- em tempo dobrado de serviço, somente para fins de vantagens, 3 (três) meses de licença-prêmio, não fruída, da servidora GISELE VIEIRA VILARINO, Assessor - Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3436330, registrada no Boletim n.º 077/2011, publicado no DEMP de 14/02/2011, referente ao quinquênio de efetividade de 25/01/2006 a 23/01/2011, em conformidade com a lei n.º 10.098/94 (Requerido em 27/01/2014 – PR.00864.00002/2014-0 - Port. 0187/2014).

REVOGAR

- a contar de 29 de janeiro de 2014, a Portaria n.º 3336/2011, que concedeu Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora SARA REJANE SILVA DOS SANTOS DREW, Agente Administrativo, ID n.º 3433455, em conformidade com o Artigo 146 da Lei n.º 10.098/94, devendo permanecer contribuindo mensalmente para Instituto de Previdência do Estado, de acordo com o Artigo 8º da Lei 7672/82 (Port. 0188/2014).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2014.

CARLOS ALBERTO CUNHA UMSZA,
Subdiretor-Geral.



**SÚMULA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO
PROCESSO 178-0900/14-4**

CONTRATADA: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC; **OBJETO:** realização dos CURSOS LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS e CONVERSAÇÃO E PRÁTICA DA LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS; **VALOR TOTAL:** R\$ 16.200,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420; Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3935; **FUNDAMENTO LEGAL:** artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal n.º 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 30/01/2014, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Daniel Sperb Rubin.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de janeiro de 2014.

LÚCIO BAUMGARTEN CÁCERES,
Diretor-Geral em Exercício.

EDITAL N.º 027/2014

Resultado do Edital nº 018/2014 – REMOÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO (DEMP 23/01/2014)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00089/2014-6, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 018/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 028/2014

Resultado do Edital nº 019/2014 – REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS (DEMP 23/01/2014)

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN, faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00093/2014-8, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>), o resultado da remoção referente ao Edital nº 019/2014.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 03 de fevereiro de 2014.

DANIEL SPERB RUBIN,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N.º 03/2014

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil nº 00760.00004/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Pregider, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar prática de atos de improbidade administrativa decorrentes de irregularidades em despesas relativas ao conserto do caminhão de propriedade do Município de Doutor Ricardo.

2) Inquérito Civil nº 00864.00048/2013 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Rosângela Correa da Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar a eventual prática de atos de improbidade administrativa ocorrido em Escola Estadual, no Distrito de Arroio do Só, Município de Santa Maria.

3) Inquérito Civil nº 01223.00004/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Cláudio Rafael Morosin Rodrigues, da Promotoria de Justiça Especializada de Santiago, com a finalidade de apurar a denúncia de irregularidades no processo seletivo para contratação emergencial de servidores na Prefeitura de Itacurubi.

4) Inquérito Civil nº 00943.00001/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Pietro Chidichimo Júnior, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de investigar possível omissão de receitas e ausência de mapeamento do local, o que inviabiliza a cobrança de tributos, por parte da Prefeitura de Capela de Santana.

5) Inquérito Civil nº 00864.00006/2014 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Rosângela Correa da Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com o objetivo de verificar possível descumprimento da execução da obra da creche em loteamento por parte de empresa.

6) Inquérito Civil nº 00864.00004/2014 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Rosângela Correa da Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa perpetrada por Procurador do Estado.

7) Inquérito Civil nº 00864.00050/2013 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de apurar possível ilegalidade/desvio de finalidade e até prejuízo ao erário decorrente de termo de compromisso assinado no ano de 2010 entre Município de Santa Maria e Jockey Clube.

8) Inquérito Civil nº 00906.00001/2014 instaurado pela Promotora de Justiça em substituição Daniela Sudbrack Gaspar Raiser, da Promotoria de Justiça de Candelária, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa, consistente



em possíveis irregularidades na Licitação TP 06/2013.

9) Inquérito Civil nº 00903.00065/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar eventual ato ímprobo decorrente do exercício simultâneo pelo Vereador das atividades de Presidente da Câmara de Vereadores e de profissional da área médica.

10) Inquérito Civil nº 00864.00005/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de investigar irregularidades no processo de Seleção ao Curso Técnico em Segurança Pública, da Brigada Militar - CTSP 2013.

11) Inquérito Civil nº 00801.00004/2014 instaurado pela Promotora de Justiça substituta Luziharín Carolina Tramontina, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa praticado no âmbito da Câmara de Vereadores de Muliterno/RS.

12) Inquérito Civil nº 00864.00007/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de verificar de irregularidade na anulação do concurso público do Município de Santa Maria, edital 002/2012.

13) Inquérito Civil nº 00875.00002/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Sávio Vaz Fagundes, da Promotoria de Justiça de Santo Antônio da Patrulha, com a finalidade de investigar possível prática de improbidade administrativa por parte do Prefeito Municipal, o qual mantém veículos escolares de forma irregular.

14) Inquérito Civil nº 00873.00017/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Hélder Müller Estivalette, da Promotoria de Justiça Cível de Santo Ângelo, com a finalidade de investigar possível ato de improbidade administrativa praticado por major da Brigada Militar.

15) Inquérito Civil nº 00721.00002/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, com a finalidade de analisar o contrato de concessão da delegação de serviço público de saúde.

16) Inquérito Civil nº 00893.00002/2014 instaurado pela Promotora de Justiça Gabriela Monteiro, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de investigar possível irregularidade por parte da Câmara de Vereadores na aprovação de lei municipal nº 3.413 de 27 de dezembro de 2012.

17) Inquérito Civil nº 00760.00005/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça André Eduardo Schröder Pregider, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar a existência de irregularidades e atos de improbidade administrativa decorrentes do possível direcionamento de licitação promovida pelo Município de Roca Sales.

18) Inquérito Civil nº 01233.00002/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Charles Emil Machado Martins, da Promotoria de Justiça de Ivoti, com a finalidade de apurar notícia de fraude à licitação, em razão de contratação de empresa para auxiliar no Planejamento e Organização da Autarquia de Água de Ivoti.

19) Inquérito Civil nº 00914.00001/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Roberto José Taborda Masiero, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar atos de improbidade administrativa, decorrentes de renúncia ilícita de receita ocorrida nos autos de ação ordinária.

20) Inquérito Civil nº 00882.00005/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Paula, com a finalidade de apurar a contratação irregular de serviço para transporte em carro de aluguel (táxi).

21) Inquérito Civil nº 00761.00038/2013 instaurado pelo Promotor de Justiça Rui Prediger, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, com a finalidade de verificar suposto ato de improbidade administrativa.

22) Inquérito Civil nº 00792.00021/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, com a finalidade de apurar prática, em tese, de conduta ímproba, consistente em nomeação da Primeira-Dama ao cargo de Secretária do Trabalho, Assistência Social e Habitação.

23) Inquérito Civil nº 00792.00022/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, com a finalidade de verificar prática de conduta ímproba, consistente em doação de materiais e utilização de servidores públicos na reforma de residências, fora dos casos de calamidade pública, estado de emergência ou programas sociais, em pleno período eleitoral (eleições municipais de 2012), por parte dos gestores públicos.

24) Inquérito Civil nº 00792.00005/2014 instaurado pelo Promotor de Justiça substituto Leandro Tatsch Bonatto, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, com a finalidade de investigar eventual improbidade administrativa por favorecimento a contratação de Rádio para divulgação da publicidade do Município, em janeiro e fevereiro de 2009, inclusive com irregularidades em procedimentos licitatórios e de dispensa de licitação.

25) Inquérito Civil nº 00792.00023/2013 instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, com a finalidade de verificar se houve por empresa invasão de parte de rua, provocando estreitamento da via pública, e a omissão do Poder Público na retomada da posse do bem público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 31 de janeiro de 2013.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Boletim n.º 12/2013 CAOURB

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA ORDEM URBANÍSTICA E QUESTÕES FUNDIÁRIAS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que foram



instaurados os seguintes expedientes investigativos:

01) Inquérito Civil n.º 36/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Sanchotene de Aguiar, da Promotoria de Justiça Especializada de Sapucaia do Sul, com a finalidade de apurar irregularidades no chamado Condomínio Novo Horizonte, localizado na Rua das Hortências, Bairro Costa do Morro, nesta Cidade, tendo como investigado a ser definido.

02) Procedimento Preparatório n.º 38/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Carlos Prá, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de averiguar risco em parada de ônibus – Rua Alexandre Fleming, lote 11 quadra 825, bairro Madureira, tendo como investigado Neoincorp Incorporadora LTDA, Rua Ângelo Chiarello, neste Município.

03) Inquérito Civil n.º 28/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de investigar a regularidade legal do Esporte Clube Novo Avante, tendo como investigado Esporte Clube Novo Avante, neste Município.

04) Procedimento Preparatório n.º 46/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Adriana Karina Diesel Chesani, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar – loteamento irregular ou clandestino – regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Néelson Martini, Celso Zanrosso e Pedro Piccolo, neste Município..

05) Inquérito Civil n.º 32/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Caroline Vaz, da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha, com a finalidade de investigar a regularidade do estabelecimento Restaurante Vila Gourmet Express, nome fantasia da empresa Ademir Waitthers dos Santos-ME, Cachoeirinha/RS, quanto ao Plano de Prevenção Contra Incêndio - PPCI, bem como a regularidade da empresa quanto à atividade desempenhada no Município, tendo como investigado o Restaurante Vila Gourmet Express, Cachoeirinha/RS.

06) Inquérito Civil n.º 65/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de averiguar Trav. Pedro Segundo da 7ª Léguas – Primeiro Distrito – Lote rural individualizado menor que o módulo rural, tendo como investigado Nelson Antônio Biachi, Ione Maria Saccaro, Queli Daiane Flores de Moura, neste Município.

07) Inquérito Civil n.º 53/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Ricardo Cardoso Lazzarin, da Promotoria de Justiça Especializada de Camaquã, com a finalidade de apurar a existência de loteamento irregular no município de Arambaré/RS, tendo como investigado o Município de Arambaré, CNPJ 90.152.950/0001-24, Suric – Serviços Urbanos Representações Imobiliárias e Construções LTDA, CNPJ 87.044.566/0001-01, Genésio Ambos Moraes, Márcia Vieira Moraes, Leli Antunes Machado, Maria Glaci Bortolotti Rotta e Benigno Rota.

08) Procedimento Preparatório n.º 56/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Trevisan, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de ausência de ponte na estrada de acesso à localidade de Três Barras, Distrito de Arroio Grande, em Santa Maria, trazendo difi-

culdades e transtornos a moradores das adjacências, tendo como investigado Município de Santa Maria, neste Município.

09) Inquérito Civil n.º 32/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luziharin Carolina Tramontina, da Promotoria de Justiça de Parobé, com a finalidade de apurar de irregularidades na RS 239, trecho urbano de Parobé, concernentes a precariedade do policiamento ostensivo, insegurança no tráfego por ausência de passarelas, iluminação e sinalização, bem como construções irregulares em área de escape, tendo como investigado o Município de Parobé e Empresa Gaúcha de Rodovias.

10) Inquérito Civil n.º 24/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Luziharin Carolina Tramontina, da Promotoria de Justiça de Parobé, com a finalidade de apuração de irregularidade urbanística na via Manoel Bandeiras, bairro Vila Nova, Parobé, pela ausência de canalização do esgoto doméstico, perpetrada pelo Município de Parobé., tendo como investigado o Município de Parobé.

11) Inquérito Civil n.º 25/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Janaína de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de averiguar o Condomínio Vista do Vale – Loteamento irregular ou clandestino – Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Ricardo Bordignon, Maximiliano César Cassina, Renato Luiz Scopel, Magda Leôncio Scopel, neste Município.

12) Inquérito Civil n.º 54/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Janaína de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de Lotes rurais nº 51 e 52, no Travessão Aliança, nesta cidade – Loteamento irregular ou clandestino – Regularização fundiária e proteção ao direito de moradia, tendo como investigado Luz Incorporadora LTDA., Centro, neste Município.

13) Inquérito Civil n.º 44/2013, Procedimento Preparatório instaurado pelo Promotor de Justiça Maurício Trevisan, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Maria, com a finalidade de construção de moradia no leito da via pública (Rua "F", Quadra "E", na Vila Santa Catarina, em Santa Maria) sem que o Município tomasse providências administrativas para impedir ou desfazer a ocupação, tendo como investigado Município de Santa Maria, neste Município.

14) Inquérito Civil n.º 57/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Janaína de Carli dos Santos, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de irregularidade urbanística em canalização do arroio tega, com resultado de alagamento de terreno, situado na Rua Professor Marcos Martini, 841 – Santa Catarina, tendo como investigado o Município de Caxias do Sul, neste Município.

15) Inquérito Civil n.º 47/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível irregularidade urbanística de empreendimentos imobiliário localizados no Balneário Cassino, tendo como investigado o Município do Rio Grande.

16) Inquérito Civil n.º 31/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso da Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de investigar eventuais deficiências na fiscalização da regularidade dos Planos de



Diário eletrônico do _____
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 3 de fevereiro de 2014.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1360

Prevenção e Combate à Incêndio nas escolas e nos prédios públicos municipais do Município de Arroio do Tigre, Estrela Velha e Tunas, tendo como investigados o Município de Arroio do Tigre, Município de Estrela Velha e Município de Tunas.

17) Inquérito Civil n.º 32/2013, instaurado pelo Promotor de Justiça João Afonso da Silva Beltrame, da Promotoria de Justiça de Arroio do Tigre, com a finalidade de investigar eventuais deficiências na fiscalização da regularidade dos Planos de Prevenção e Combate à Incêndio nos salões comunitário dos Municípios de Arroio do Tigre, Estrela Velha e Tunas, tendo como investigados o Município de Arroio do Tigre, Município de Estrela Velha e Município de Tunas.

18) Inquérito Civil n.º 83/2013, instaurado pela Promotora de Justiça Mari Oni Santos da Silva, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar denúncia de poluição sonora proveniente da Igreja Internacional da Graça de Deus, mais precisamente do prédio que serve de sede do Município de Soledade, no Município de Soledade/RS, tendo como investigada a Igreja Internacional da Graça de Deus, Município de Soledade/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de Dezembro de 2013.

DÉBORA REGINA MENEGAT,

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Ordem Urbanística e Questões Fundiárias.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.